

Alternância do poder?

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador emérito do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030: o Brasil e o Mundo que queremos

Alternância de poder é um princípio fundamental das democracias modernas. Ela garante que diferentes partidos ou grupos políticos possam ocupar o poder de forma rotativa, evitando a concentração prolongada nas mãos de um único grupo. Isso é crucial para a saúde de uma democracia por várias razões.

São elas: a) Prevenção da ditadura e tirania. A alternância de poder impede que um grupo ou indivíduo se mantenha no poder por tempo indeterminado, o que pode levar ao abuso de poder e à tirania; b) Renovação de ideias e projetos. Novos governantes trazem novas ideias, políticas e abordagens, o que pode ser benéfico para a sociedade como um todo. Isso ajuda a adaptar o governo às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas; c) Responsabilização dos governantes. A possibilidade de ser substituído nas próximas eleições incentiva os governantes a serem mais responsáveis e responsáveis às necessidades dos cidadãos; d) Fortalecimento da democracia. A rotatividade no poder fortalece as instituições democráticas, mostrando que a transição pacífica de governo é possível e desejável, além de promover a participação ativa dos cidadãos no processo eleitoral.

Por outro lado, a alternância do poder pode apresentar aspectos negativos e grandes desafios. Quando novos governos assumem, é comum que descontinuem projetos e políticas iniciadas pelos antecessores, o que pode levar a desperdícios de recursos e

tempo investidos. Isso também tende a afetar a eficácia dos programas que necessitam de longos períodos para mostrar resultados. Mudanças frequentes no governo podem criar um ambiente de incerteza e instabilidade tanto para os cidadãos quanto para investidores e parceiros internacionais. A falta de uma visão de longo prazo pode prejudicar o planejamento estratégico e o desenvolvimento sustentável. Há também o risco de a alternância de poder acentuar a polarização política e a falta de consenso em temas importantes, dificultando a implementação de políticas públicas consistentes.

Governos sucessivos podem passar mais tempo revertendo decisões anteriores do que promovendo avanços. Cada mudança de governo implica em custos de transição, como a substituição de funcionários-chave e a reavaliação de contratos e acordos. Esses custos podem ser significativos e impactar negativamente nos cofres públicos. A rotatividade no poder pode resultar na perda de continuidade administrativa e no desligamento de projetos e programas importantes. Isso tende a ser especialmente prejudicial em áreas que exigem conhecimento técnico especializado e comprometimento a longo prazo. Governos podem ser tentados a adotar políticas populistas ou realizar promessas eleitorais pouco realistas para garantir reeleição, em vez de focar em medidas sustentáveis e necessárias para o bem-estar da população a longo prazo.

A ideia de que o exercício da política não deve ser uma carreira é uma perspectiva interessante e tem sido debatida em várias democracias. Ela pode estimular e promover a renovação constante de ideias. A rotatividade dos políticos pode reduzir a corrupção, já que há a possibilidade de os políticos de carreira desenvolverem redes de influência e poder que são difíceis de desmantelar. Em adição, políticos que não veem a política como uma carreira podem estar mais focados nos serviços públicos e menos em manter seus cargos. A chave está em encontrar um equilíbrio que permita a renovação e a diversidade, ao mesmo tempo em que se mantém a experiência e a continuidade necessárias para uma governança eficaz.

Olhando para o futuro, precisamos urgentemente construir projetos de Estado, e não de governos, para estabelecer diretrizes e metas para o desenvolvimento social e econômico do país. Nesse contexto, é preciso fazer projeções para as próximas décadas, abrangendo, entre outras, as áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança e meio ambiente. Será importante reconhecer os erros do passado e do presente e construir um país harmônico e feliz para as próximas gerações. É pertinente lembrar o pensamento de Darcy Ribeiro: "Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida é uma ponte interminável. Vai-se construindo e destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante".

Agora, mais do que nunca, saúde é o que importa

» JOSÉ NATAL
Jornalista

O tema saúde domina a pauta de providências urgentes e necessárias a todos os países do mundo. Cada um tem o seu grau de preocupação. Daí as diferentes atitudes e medidas tomadas em busca de soluções. No Brasil, o tema foi, é e será, ainda durante muitos anos, preocupação obrigatória dos governos, da sociedade civil e de todas as autoridades que exerçam cargos de direção, comando ou que tenham qualquer influência que possa de alguma forma ajudar a amenizar ou diminuir o volume dessa carência. Saúde deveria unir e contribuir para que, nesse particular, as forças políticas e empresariais se unissem, independentemente de ideologias ou crenças. Mas é bom que se diga que a coisa não acontece exatamente assim. É patente que há opiniões conflitantes, e a palavra consenso não tem lá tanto espaço assim. Nada demais, na democracia o debate é fundamental.

Segundo pesquisas recentes, os dados apontam que 51,4 milhões de pessoas em nosso país utilizam do sistema de saúde suplementar. Esse número atinge, em média, 25% da população, fato que, mesmo longe do ideal, vale como suporte e valiosa colaboração com o Sistema Único de Saúde (SUS), que, na prática, é o grande responsável pelo atendimento à população distante dos planos de saúde.

Os dados apontam também que questões jurídicas e burocráticas impedem um atendimento mais eficiente e promissor da saúde suplementar. Não fosse o acúmulo exagerado de pendências jurídicas, que limitam o atendimento da saúde suplementar, a população ganharia um benefício de atendimento bem mais confortável e eficiente. Reside na chamada insegurança jurídica o grande entrave ao que seria um significativo auxílio do setor privado ao setor público. Essa questão, que se arrasta de forma crescente, foi o principal tema do 28º Congresso da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge), realizado, em São Paulo, nos dias 21 e 22.

O evento escolheu o tema Integração Público e Privada como carro-chefe e teve como debatedores ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), representantes do Ministério da Saúde, empresários do setor, políticos e inúmeros representantes das diferentes áreas de saúde. Dele saíram indicativos que colocam o tema ainda mais alto na prateleira das discussões que envolvem problemas que dizem respeito a todos nós.

A primeira abordagem veio justamente da Suprema Corte, na palavra do presidente Luís Roberto Barroso. Realista, Barroso disse que "a judicialização é uma característica do Brasil em geral em todas as áreas, com mais de 80 milhões de processos em curso, o que é um recorde mundial". Na avaliação do ministro, o ideal seriam os acordos que viabilizassem e evitassem judicializar tantas questões, algumas que exigem apenas bom senso.

Barroso defendeu ainda um avanço no atual sistema de saúde pública. Visão que, se bem interpretada, reflete com precisão o que de fato acontece no setor e deixa claro que, embora admita a existência do problema, o ministro praticamente se disse impotente para oferecer qualquer tipo de medida que possa ser interpretada como provável solução.

Ludhmila Hajjar, médica e professora titular da Universidade de São Paulo, foi taxativa ao considerar frágil o atual sistema que atende o setor de saúde do Brasil. Sem rodeios, justificou essa fragilidade com argumentos sólidos. Somente no ano de 2024, o país atingiu a marca de 400 mil judicializações na área da saúde. Quantidade esta que, às vezes, mais condena do que consagra. Para os mais esquecidos, vale lembrar que Ludhmila foi convidada para ser ministra da Saúde no Governo de Jair Bolsonaro. Não aceitou. Quem tem bom currículo sabe bem como melhor utilizá-lo.

A judicialização das questões que envolvem a saúde tem como vítima maior o paciente, a pessoa que precisa do atendimento médico e, geralmente, com poucos recursos para enfrentar demandas jurídicas e a burocracia que prospera. A lentidão dos processos prejudica o paciente, e é com eles que todos devem se preocupar.

É visível e dura a realidade para uma comunidade que, quase sempre, se vê dividida entre quem tem plano de saúde e quem não tem. O congresso abordou o assunto, ouviu diferentes correntes e colocou a pauta na mesa de debates. Agora, o que se espera é que os resultados apareçam. As cobranças vão continuar. Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge, acredita que o debate jogou luz a uma questão que há muito preocupa e perturba um ambiente que, acima de tudo, precisa de equilíbrio nas decisões. E principalmente muita saúde. Vamos acreditar.



Morte de crianças afasta o Brasil da ideia de país do futuro

» RACHEL QUINTILIANO

Jornalista, escritora e membro-fundadora da Cojira-DF

Neste ano, o Brasil celebrou, pela primeira vez, o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra como um feriado nacional, sancionado pela Lei 14.759/23. A data já havia sido reconhecida como relevante para o país por meio da Lei 12.519/2011, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. O feriado chega cinco décadas após ser proposto pelo movimento social negro. A história indica que a data é celebrada pelas comunidades negras desde o início da década de 1970 e foi sugerida pelo Grupo Palmares, organização com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, a intenção deste artigo era abordar as conquistas do movimento social negro que possibilitaram ao país dispor de uma legislação inovadora para enfrentar as iniquidades raciais, como o Estatuto da Igualdade Racial, a Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra e as cotas nas universidades públicas. Todavia, como a data também tem por objetivo refletir sobre a situação e o impacto do racismo na vida dos brasileiros e, diante da contínua e crescente violência letal contra crianças e adolescentes negros, este texto não traz boas notícias e, mais uma vez, se faz ferramenta de protesto e denúncia.

Duas notícias recentes lançaram luz sobre o tema: o julgamento de acusados por assassinatos contra crianças. Em julho, os policiais

acusados de executar, com arma de fogo, João Pedro, de 14 anos, foram absolvidos. Há poucos dias, o policial acusado do assassinato da menina Ágatha, de 8 anos, também foi absolvido pelo júri. A menina Ágatha e o adolescente João Pedro não estavam em conflito com a polícia. João Pedro brincava com outras crianças dentro da casa de um tio, enquanto Ágatha estava em um veículo com a mãe. Infelizmente, as duas mortes não foram casos isolados, o que leva a crer que uma onda crescente de violência, que atinge com mais frequência pessoas negras, prioritariamente homens adultos, agora também alcança crianças e adolescentes.

Segundo dados da pesquisa *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, publicada neste ano, com informações de 2021 a 2023, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 5 mil crianças e adolescentes são assassinados por ano no país. Os números do estudo são superlativos e registraram 15.101 vítimas de mortes violentas intencionais (MVI) e 164.191 de estupro e estupro de vulnerável.

O Brasil não é um país seguro para crianças e adolescentes, o que demonstra que mais uma das políticas de vanguarda, o Estatuto da Criança e do Adolescente, não tem sido eficaz para proteger a infância e a adolescência no país. O Ceará

concentra o maior número (552) de mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 19 anos. O estado com o menor número é Roraima (26). O Distrito Federal contabiliza 39 mortes.

Unicef e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública "revelam um crescimento dos assassinatos de crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 4 anos, cujo aumento foi de 20,4% entre 2021 e 2023, e de 5 a 9 anos, com crescimento de 49%".

Ao observar os dados a partir do quesito raça/cor, a situação é ainda mais preocupante e corrobora que Ágatha e João Pedro não são casos isolados. Para todas as faixas etárias do estudo, negros (pretos e pardos) são maioria. Entre 0 e 4 anos, representam 64,3% do total de crianças vítimas de mortes violentas intencionais. De 5 a 9 anos, 71,1%; de 10 a 14 anos, 79,5%; e de 15 a 19 anos, 83,6%.

Infelizmente, a falta de abordagem sobre o assunto e a baixa comoção são resultados da sofisticação do racismo que desumaniza as pessoas negras, inclusive as crianças.

Por essa razão e em alusão ao Dia da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares, este texto não poderia perder a oportunidade de denunciar a situação e chamar a atenção da opinião pública para o tema, que pode, com o aumento da violência contra crianças, em particular as negras, excluir de vez o Brasil da categoria de país do futuro.